

EDUCAÇÃO DO CORPO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS SOB O OLHAR DE PROFESSORES

EDUCATION OF BODY AND ETHNIC-RACIAL RELATIONS UNDER THE GAZE OF TEACHERS

Kalyla Maroun

Doutora em Ciências Humanas/Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ – Brasil
kalyllamaroun@gmail.com

Resumo: A questão que se pretende responder aqui é: qual o olhar de professores da área de linguagens sobre o tema da educação para as relações étnico-raciais, especialmente aqueles que possuem o corpo como elemento central em suas práticas educativas? Foi realizada análise bibliográfica para a conceituação do termo educação do corpo; exercício analítico apontando como processos de educação do corpo podem dar visibilidade ao tema da educação para as relações étnico-raciais na escola; pesquisa de campo representada por entrevistas com três professores de uma escola do município do Rio de Janeiro: uma professora de Artes Cênicas, uma de Educação Física e um professor de Música. Os dados apontaram para duas categorias analíticas: conhecimento sobre as políticas educacionais voltadas ao tema; práticas educativas, curriculares ou não, com foco nas relações étnico-raciais. Ainda que o tema não seja observado nos planejamentos de todos os professores, há uma sensibilização para com o mesmo.

Palavras-chave: Educação do corpo. Relações étnico-raciais. Professores. Instituições escolares.

Abstract: The question that we intend to answer here is: what are the view teachers about the subject of education for ethnic-racial relations, especially those who have the body as a central element in their educational practices? A bibliographical analysis was carried out for the conceptualization of the term education of body; analytical exercise pointing out how processes education of body can give visibility to the education for ethnic-racial relations in school; field

research represented by interviews with three teachers from a school in the city of Rio de Janeiro: a Performing Arts teacher, a Physical Education teacher and a Music teacher. The data pointed to two analytical categories: knowledge about educational policies focused on the theme; educational practices, curricular or not, focusing on ethnic-racial relations. Although the theme is not observed in the planning of all teachers, there is awareness about this. **Keywords:** Education of body. Ethnic-racial relations. Teachers. School institutions.

Introdução

O presente artigo apresenta resultado preliminar de um projeto de pesquisa, ainda em desenvolvimento, que pretende inventariar e analisar processos de educação do corpo em instituições escolares que foquem práticas educativas voltadas às relações étnico-raciais

¹. O recorte que se pretende aqui neste momento é apontar o olhar de professores para o trato pedagógico com o tema da educação para as relações étnico-raciais, especialmente aqueles que possuem, em suas áreas disciplinares, o corpo e pedagogias corporais como elementos centrais em suas práticas educativas, como explicitaremos adiante.

O desenvolvimento deste trabalho foi dividido em três etapas. A primeira delas consistiu em revisão e análise bibliográfica no intuito de conceituarmos o que pode ser compreendido como educação do corpo. A segunda versou sobre um esforço analítico em apontar como processos de educação e agenciamento do corpo em instituições escolares pode dar visibilidade e nos trazer indícios relevantes acerca do tema da educação para as relações étnico-raciais. Ambas as etapas foram realizadas ao longo do ano de 2017. A terceira e última etapa incidiu em pesquisa de campo realizada em uma escola federal situada no município do Rio de Janeiro, que oferece todo o Ensino Fundamental e Médio. Nesta, realizamos entrevistas semiestruturadas com três professores: um professor de Música, uma professora de Educação Física e outra de Artes Cênicas. A justificativa para a escolha de professores destas áreas disciplinares estará explicitada posteriormente, já que a mesma compõe a estrutura argumentativa do artigo. A seleção dos docentes, propriamente dita, ocorreu mediante aceitação em participar da pesquisa

como colaborador e, também, pelo reconhecimento da qualidade do trabalho pedagógico que os mesmos possuem na instituição de ensino investigada. As entrevistas ocorreram entre os meses de novembro e dezembro de 2017 e foram realizadas na própria escola. O objetivo das entrevistas foi levantar informações sobre como os professores compreendem a educação para as relações étnico-raciais em suas respectivas disciplinas, bem como desvelar se tal conteúdo é, ou não, devidamente inserido em seus planejamentos e práticas educativas. Nesse sentido, a intenção é trazer um panorama sobre como alguns docentes da área de linguagens, área esta que possui estreita ligação com diferentes formas de agenciamento do corpo, quando comparados com docentes de outras disciplinas curriculares, colocam-se e/ou trabalham pedagogicamente com o tema. Por fim, apresentamos uma breve análise dos dados empíricos encontrados, conscientes de que uma etapa posterior relevante para dar continuidade à pesquisa aqui apresentada deve se voltar a uma observação de aulas e práticas pedagógicas dos mesmos. A partir de tal observação será possível inventariar e analisar processos de educação do corpo que tenham, ou não, foco em uma educação para as relações étnico-raciais, pautada na ampliação da reflexão sobre as relações entre negros, brancos e outros grupos étnico-raciais na sociedade brasileira, desmistificando o racismo e colaborando para a superação da discriminação racial (GOMES, 2005a). Como aponta Munanga (2005), refletir e debater sobre a questão racial no Brasil não deve interessar somente às pessoas que pertencem ao grupo étnico/racial negro. Tal debate é uma questão social, política e cultural de todos os brasileiros. Discutir o racismo, por exemplo, ao contrário do que é propagado pelo senso comum, não significa acirrar conflitos entre diferentes grupos étnico-raciais. Pelo contrário, é o silenciamento sobre esse debate que reforça a existência do racismo, da discriminação e da desigualdade racial (GOMES, 2005a).

Destacamos que os procedimentos burocráticos e éticos para a entrada em campo na instituição escolar selecionada foram rigorosamente seguidos. Além disso, os professores interlocutores deste trabalho foram assegurados quanto ao anonimato das informações coletadas em publicações e/ou apresentações públicas do estudo.

Educação do corpo, relações étnico-raciais e escola

Chamamos atenção para o fato de que a escola, enquanto instituição social, cria, naturaliza e legitima agenciamentos do corpo de forma a moldá-lo em função das estruturas sociais nas quais este se insere. Como nos lembra Oliveira (2006), a transição de um modelo de educação doméstica para o da escola graduada, no século XIX, foi acompanhada de uma série de dispositivos que redefiniram o papel do corpo no novo modelo educativo instaurado. Podemos dizer, portanto, que a instituição escolar é, dentre outros espaços de sociabilidade, como academias de ginástica, clubes esportivos, centros religiosos, centros culturais e artísticos, *etc*, um *locus* privilegiado para observação de práticas sistemáticas de educação do corpo.

Ressaltamos que o conceito de educação do corpo com o qual estamos trabalhando aqui pode ser representado pelo que Mauss (2003) chama de transmissão de técnicas corporais. Segundo o autor, determinadas técnicas corporais são transmitidas por meio da imitação prestigiosa que confere ao aprendiz a força da tradição presente tanto nas técnicas do fazer (laborais, sociais e festivas), quanto nas interdições corporais (gestuais, sexuais e alimentares), em diversos contextos educativos/formativos. O corpo, em fruição no cotidiano, expressa costumes específicos do grupo ao qual pertence, revelando pelas expressões corporais os traços particulares do indivíduo e da coletividade a qual pertence, já que é por meio da transmissão e reprodução destas técnicas corporais que a estrutura social fixa sua marca identitária sobre os indivíduos.

O que brevemente queremos demonstrar é que o corpo é um objeto de intervenção e modelação permanentes, o que ocorre tanto em espaços institucionalizados - a exemplo da escola - como em espaços educativos não formais ou informais. No caso da instituição escolar, os corpos de alunos e alunas estão submetidos às diferentes experiências curriculares que compõem os tempos e espaços escolares. Assim, a análise das atividades e/ou disciplinas curriculares voltadas à educação sistemática do corpo, como aulas de canto e música, de educação física, de teatro, de culinária, de dança, de sexualidade, de saúde e higiene, dentre outras, pode representar um caminho para a compreensão de como o corpo é agenciado pelas culturas escolares.

O trabalho de Maroun e Santos (2017) apresenta um esforço inicial de análise da relevância de se olhar os processos de agenciamento do corpo presentes na instituição escolar como plataforma para a observação da existência, ou não, de trabalho pedagógico voltado à educação das relações étnico-raciais. O argumento central das autoras recai sobre o protagonismo que a educação do corpo ocupa em políticas educacionais específicas voltadas ao tema da educação para as relações étnico-raciais, como poderemos ver adiante.

As políticas educacionais sobre as quais as autoras se debruçaram foram as seguintes: Lei Federal 10.639/2003 (BRASIL, 2003), que trouxe a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), que trazem contribuições importantes para a ampliação do foco dos currículos escolares na direção da diversidade cultural, social e racial; Lei Federal 11.645/2008 (BRASIL, 2008), que amplia a Lei 10.639/2003 ao inserir a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas na Educação Básica; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Es-

colar Indígena (BRASIL, 2012), que garantem uma educação intercultural e diferenciada para escolas indígenas; e, por fim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, publicadas em 20 de novembro de 2012 (MAROUN; SANTOS, 2017).

As políticas educacionais citadas acima, ao indicarem a necessidade da valorização e do reconhecimento das histórias e das culturas afro-brasileiras, indígenas e quilombolas nos currículos escolares, trazem o protagonismo do corpo nesse processo. Podemos dizer, ainda, que a educação do corpo, por meio da transmissão de determinadas técnicas corporais, possui destaque no cenário de tais políticas, uma vez que são por meio de gestos, condutas e saberes expressos pelo corpo que identidades étnicas e/ou raciais são construídas e reafirmadas.

As Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, ao trazerem a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena na Educação Básica, por exemplo, indicam que tais conteúdos sejam trabalhados nas disciplinas de Artes, História e Literatura. Compreendemos que a disciplina de Artes apresenta estreita relação com a educação do corpo no contexto escolar, seja por meio do ensino de danças e práticas culturais, ou mesmo através do teatro, das artes visuais e da música. Já nas áreas de História e Literatura, narrativas, memórias e culturas afro-brasileiras e indígenas, por si só, podem ser transmitidas, também, por meio de saberes corporais, isto é, a escola pode construir pedagogias corporais voltadas à valorização das diferenças e das identidades étnicas e/ou raciais. Apesar de não ser apontada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, a educação para as relações étnico-raciais também pode ser alargada para a área da Educação Física, cujo objeto de ensino se volta à cultura corporal de movimento. Como indicam alguns autores (RODRIGUES, 2010; PINTO; MACAMO; AZEVEDO, 2014), a inserção de determinadas práticas corporais e esportivas no currículo da área, aliada a práticas pedagógicas críticas e problematizadoras, torna-se uma

estratégia relevante para o trabalho pedagógico com o tema da educação para as relações étnico-raciais.

Em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), estas destacam a valorização da identidade e do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro na Educação Básica. Em nossa análise compreendemos que o documento sugere, também, a inserção de práticas educativas atreladas a um roteiro específico de educação do corpo que combata, de um lado, o racismo e, de outro, a invisibilidade da população negra e indígena no cotidiano escolar. Logo, o documento preconiza: o rompimento com imagens negativas de negros e povos indígenas, forjadas por meios de comunicação diversos; a afirmação de identidades étnicas e/ou raciais; a valorização da oralidade, da corporeidade e da arte; educação patrimonial baseada no aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando sua preservação e difusão; a valorização dos anciãos e dos *griots* como guardiões dos saberes tradicionais. O agenciamento do corpo que vai assegurar o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, portanto, deverá destacar as identidades negras manifestadas tanto no cotidiano, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, rodas de samba, *etc.*

Tanto a educação escolar indígena como a quilombola, por meio de suas respectivas diretrizes curriculares (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b) apresentam, em nossa análise, alguns destaques referentes à educação do corpo nas instituições escolares que atendem tais populações, a saber: hábitos, costumes, normas, festividades, ritos, bem como práticas culturais específicas devem se estender do espaço da comunidade para o escolar; alimentação e infraestrutura escolares devem ser condizentes com a cultura das comunidades; lideranças comunitárias, como os sábios no caso indígena, e os anciãos (*griots*), devem estar atuando junto à escola, levando a ela seus saberes e suas

corporalidades. A seguir um trecho das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012, p. 3), Artigo 1, inciso 1º:

I- Organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade.

Nessa linha de contextualização sobre educação do corpo, relações étnico-raciais e escola, apresentada por meio de uma breve análise de algumas políticas educacionais que sugerem como tal debate pode (ou deveria) estar presente no campo empírico, indagamos: como professores da área de linguagens compreendem o tema da educação para as relações étnico-raciais em seus respectivos planejamentos e práticas pedagógicas? De que forma determinados agenciamentos do corpo, ou roteiros de educação corporal específicos, podem contribuir para a valorização e reconhecimento das identidades étnicas e/ou raciais? Quais os maiores desafios para que se apresentam aos professores no trabalho pedagógico com o tema?

Para Maroun e Santos (2017) há um processo de construção identitária que ocorre por meio de um roteiro específico de educação do corpo voltado aos grupos minoritários majoritariamente em espaços educativos/formativos diferentes da escola. Devemos refletir acerca de como a escola e seu corpo docente, a partir de uma organização espacial, curricular pedagógica e temporal próprias, pode - ou não - ressignificar o corpo e determinadas corporalidades, a fim de reconhecer e valorizar as diferenças. Entretanto, estas devem ser concebidas como realidades sócio-históricas dinâmicas, em processo contínuo de construção-desconstrução-construção, atravessadas por questões

de poder, constitutivas dos indivíduos e dos grupos sociais (CANDAU, 2011). Em uma sociedade que atualmente coloca na agenda a noção do respeito às diferenças identitárias (gênero, raça, etnia, *etc.*), o tema das intervenções materializadas nas práticas educativas do/no/sobre o corpo devem ser problematizadas nas diferentes áreas curriculares, em especial na de linguagens.

O olhar dos professores

Como já explicitado, a escolha dos professores interlocutores deste trabalho foi realizada mediante duas questões complementares: possuir destaque positivo no desempenho pedagógico realizado na instituição pesquisada, o que foi reconhecido a partir de nossa observação participante ao longo do ano de 2017; representar cada uma das áreas de linguagem, ofertadas pela instituição que, segundo nossa argumentação anterior, possui relação com práticas sistemáticas de educação do corpo (Artes Cênicas, Música e Educação Física). A professora de Artes Cênicas atua com o Ensino Médio. Já os professores de Educação Física e Artes atuam no Ensino Fundamental, primeiro e segundo segmento, respectivamente.

O primeiro dado empírico que nos chamou a atenção foi o nível de conhecimento sobre as políticas educacionais voltadas ao tema da educação para as relações étnico-raciais. Apesar de neste ano de 2018 a Lei Federal 10.639/2003 completar quinze anos de existência, por exemplo, ainda podemos encontrar exemplo de docentes que nunca a leram efetivamente. Ou ainda, que não possuem conhecimento sobre a agenda de políticas e documentos normativos que compõe tal debate.

Claro que eu conheço as leis, mas nunca li na verdade. Se você me perguntar exatamente quais tratam e quais são eu não vou saber, porque infelizmente eu nunca estudei as leis. Mas sei do que elas

tratam e sei que aqui na escola tem uma discussão grande pelo pessoal de Língua Portuguesa, que trata mais do debate que a gente (Professora de Artes Cênicas).

Por outro lado, percebemos que quando as políticas educacionais são, ao menos, conhecidas por parte de alguns docentes, isso pode ser resultado de uma conclusão mais recente da licenciatura, isto é, de um debate assegurado pela formação inicial que não é continuada no chão da escola. “Eu conheço as leis mais pelo debate que tem na Faculdade de Educação do que dentro da escola. A gente ouve sim, mas eu vejo pouco debate aqui na escola” (Professora de Educação Física).

Um olhar crítico e problematizado sobre as políticas voltadas ao tema da educação para as relações étnico-raciais foi encontrado no discurso do professor de Música.

As leis que tratam da história e também da cultura dos negros e indígenas no currículo do Ensino Básico são muito importantes. Deveriam estar na discussão de todas as escolas. Cada contexto é um contexto e aqui é uma escola predominantemente branca... os alunos negros são minoria. E, por outro lado, você vê muitas pessoas que estão aqui em outras funções da escola, consideradas em hierarquia mais baixas: limpeza, inspetores de alunos... Aí sim você vê pardos e mestiços. Então isso acaba expressando uma suposta hierarquia de etnias que não deveria ser assim. Não tem motivo de uma sociedade equilibrada ser assim. Por esse motivo de desequilíbrio, essa coisa deveria estar presente aqui. Mas não há muita discussão. Ultimamente alguns têm se manifestado quanto a isso e existe um grupo de alunos negros que está fazendo um grupo de reunião e estudo sobre essa questão racial. Eu vejo que ainda é uma coisa pequena, que precisa crescer. É muito importante e muito necessária a participação de todos, dos alunos, professores, licenciados e funcionários nesse debate.

Como indica Gomes (2005b) é relevante que educadores ressignifiquem suas práticas, fomentando novas posturas e novos debates frente à questão étnico-racial, contribuindo para que esta ultrapasse os limites dos movimentos sociais e das ONG's. A autora traz uma proposição de temas a serem trabalhados na escola para alavancar

uma educação para as relações étnico-raciais, tendo como base, em nossa análise, uma estreita relação com agenciamentos específicos do corpo, bem como com as áreas disciplinares em foco neste estudo, como podemos observar abaixo:

Assim, poderemos realizar discussões na escola que trabalhem temas como: a influência da mídia, a religião, a cultura, a estética, a corporeidade, a música, a arte, os movimentos culturais, na perspectiva afro-brasileira. Essas e outras temáticas podem e devem ser realizadas ao longo do processo escolar e não somente nas datas comemorativas, na semana do folclore ou durante a semana da cultura. (GOMESb, 2005, p. 151).

As áreas disciplinares que se apresentam como foco deste estudo (Artes Cênicas, Música e Educação Física), portanto, podem ser consideradas um *locus* privilegiado para o desenvolvimento dos temas acima sugeridos, temas estes que possuem, no corpo, uma plataforma fundamental de aprendizado.

O segundo dado encontrado que merece ser destacado se volta a práticas educativas dos docentes entrevistados, curriculares ou não, que tem como foco o debate sobre as relações étnico-raciais. Adiantamos, contudo, que segundo os professores entrevistados, não há em nenhuma das suas respectivas áreas disciplinares, um planejamento sistematizado das equipes que leve em consideração tal conteúdo. Porém, em seus trabalhos docentes individualizados o cenário é diferenciado. Nas Artes Cênicas e na Educação Física iniciativas pontuais parecem ocorrer mediante o aparecimento de questões que norteiam as relações ético-raciais durante o cotidiano das aulas. Já na Música, o professor revela uma prática crítica e problematizadora sobre o tema em suas aulas, valorizando especialmente a contribuição africana e afro-brasileira para a música brasileira e americana. Vejamos as respectivas falas dos professores abaixo:

Na verdade a gente não tem como um tema porque a gente não trabalha com temas dentro do currículo de Artes Cênicas. A gente

trabalha, na verdade, com os eixos da linguagem. Aí um aluno apresenta uma cena em que isso aparece como problemática, ou como preconceito, daí a gente vai tratar, vai ter uma discussão. [...] Porque o trabalho cênico, trabalho criativo, ele traz muito essas questões, a questão do racismo. Outra coisa que o setor fez, por exemplo, esse ano, foi um evento de contação de histórias e um dia foi o tema dos contos africanos com uma militante negra (Professora de Artes Cênicas).

De acordo com Silva (2005), o preconceito e a estratificação social sempre estiveram presentes no teatro brasileiro, que delegava ao negro o papel de coadjuvante na cena nacional. Assim, o personagem negro estaria confinado a abrir portas, a servir de caricatura do empregado doméstico e a sofrer o determinismo de uma posição social de servidor. Portanto, reconhecer, problemaizar e desconstruir os estereótipos étnicos presentes nas Artes Cênicas e no teatro brasileiro poderia vir a contribuir para a reafirmação de uma identidade negra dos alunos por meio de autoidentificação positiva consigo mesmo.

Abaixo outra prática educativa voltada ao tema das relações étnico-raciais que, apesar de não ter sido planejada, ou seja, de não estar presente no currículo, ocorreu no ano letivo de 2017:

Falando por mim na experiência que eu tive, pelo menos ano passado a gente teve um trimestre que a gente trabalhou com jogos africanos, indígenas e brasileiros. Trouxe alguns convidados para discutir com a minha turma de primeiro ano e a gente discutiu. Mas não foi algo proposto ou que estava no currículo para trabalhar (Professora de Educação Física).

O professor de Música, como já descrito anteriormente, representa uma perspectiva diferenciada do trabalho pedagógico com o tema em questão, considerando o currículo um documento de identidade (SILVA, 2010). Nessa perspectiva, o currículo é sempre resultado de uma seleção capaz de justificar, a partir da escolha dos conteúdos,

o porquê de determinados conhecimentos em detrimento de outros, refletindo determinações e tensões entre grupos sociais e políticos de determinados contextos históricos e culturais, como podemos observar no discurso do professor:

A gente procura enfatizar a importância da influência do negro na parte rítmica, no canto. Isso aparece bastante nas minhas aulas e até buscando mostrar a expressão dos descendentes africanos como artistas, e não só como escravos que é o que aparece muito na escola, né?! [...] Não pegar a história da escravidão, das mazelas, mas sim das contribuições e das coisas boas que essa miscigenação trouxe. Então, isso acontece muito nos ritmos africanos que a gente tem no Brasil e a gente trabalha bastante em sala de aula, especialmente aqui do Rio, o samba é um em especial, mas também ritmos estrangeiros como o blues, jazz, onde os negros foram mais do que importantes e influenciadores, foram peças realmente decisivas, né?! (Professor de Música).

A partir da transcrição acima percebemos que uma educação para as relações étnico-raciais é tomada como uma perspectiva de trabalho pedagógico dentro do currículo da disciplina desse professor de Música, o que não foi observado na fala das outras professoras. A professora de Educação Física, por exemplo, apesar de conhecer as leis apresenta dificuldade em trabalhar com a temática: “eu considero um tema difícil de trabalhar as vezes eu não sei como os alunos vão receber, não sei tratar, então eu considero que eu ainda tenho que estudar mais para trabalhar com esse tema”.

No caso do professor de Música, observamos uma valorização das contribuições e influências da cultura negra tanto para com a música brasileira, como com a americana. Se levarmos em conta as teorias pós-críticas do currículo (SILVA, 2010), constataremos alguns processos de dominação dos conteúdos escolares, centrados no silenciamento e na invisibilidade das questões voltadas às relações étnico-raciais, a exemplo do que o professor traz ao destacar que a escola tende a propagar de forma mais predominante a ideia do negro enquanto escravo, desprovido de bens culturais,

sociais, artísticos, econômicos, *etc.* Porém, ao serem inseridas na educação formal as especificidades daquilo que pode ser entendido como “diferente”, um real sentido pode ser dado à escolarização.

Diante do exposto, trabalhar pedagogicamente as diferenças relacionadas às identidades étnicas e/ou raciais na escola pressupõe um reconhecimento e uma valorização positiva destas, desconstruindo visões estereotipadas de certas identidades e desenvolvendo a autoestima de alunos e alunas que pertencem a grupos ditos como minoritários, que são alvo de discriminação. Além disso, trabalhar os conflitos que emergem no cotidiano escolar oriundos de tais diferenças também se torna uma estratégia relevante para uma educação para as relações étnico-raciais, já que o grande desafio seria transformar a diversidade conhecida e reconhecida em uma vantagem pedagógica. (CANDAU, 2011).

Por fim, ainda que não tenha sido observada a incorporação do tema da educação para as relações étnico-raciais no planejamento curricular de duas interlocutores deste trabalho, percebemos que há uma sensibilização para o mesmo representada, em seus discursos, ora pelas iniciativas pontuais no cotidiano de suas práticas, ora pela compreensão dos possíveis avanços proporcionados pelas políticas educacionais relacionadas ao tema, que convidam o corpo docente das instituições de ensino a um trabalho pedagógico ressignificado.

Não é um currículo papel e a gente vai criando esses espaços que surgem na Arte, na relação da criação, em como a gente vai construindo as relações. Não temos um currículo engessado, mas temos um currículo flexível em que a gente pode trabalhar o conteúdo do aluno (Professora de Artes Cênicas).

Pelo menos eu vejo que é um avanço, pelo menos tem a lei e todo mundo sabe que ela existe. E isso pra mim já é um passo importante. Antes partia de cada um, um ou outro que se sensibilizava com o tema. Mas agora pelo menos tem uma lei que incomoda, pelo menos

cutuca e faz pensar. Mas falta a lei ser feita na prática (Professora de Educação Física).

Considerações finais

O primeiro destaque que merece ser feito é indicarmos uma nova agenda de pesquisas para o tema da educação para as relações étnico-raciais em instituições escolares por meio da análise de processos de educação e agenciamento do corpo presentes em seus respectivos espaços. Pesquisas no campo da educação apontam a relação entre educação do corpo em contextos educativos não formais e a reafirmação de identidades étnicas e/ou raciais (ALMEIDA; ALMEIDA; GRANDO, 2010; MAROUN, 2013; ROSA, 2009). Porém, tal relação ainda é pouco explorada quando nos voltamos ao chão da escola, isto é, à educação formal. Devemos destacar a importância de pesquisas que apresentem um olhar atento para a organização espacial, temporal, curricular e pedagógica, no intuito de observar se os processos de agenciamento dos corpos reconhecem, ou não, as diferenças em instituições escolares.

O segundo ponto que deve ser evidenciado é a potencialidade com a qual a área de linguagens, representada aqui pelas Artes Cênicas, Educação Física e Música, pode explorar o tema em debate, principalmente pelas mesmas possuírem, no/sob/pelo corpo, foco de determinadas práticas educativas.

A terceira questão que nos chama atenção é que o debate sobre a educação para as relações étnico-raciais na escola, a partir dos dados coletados, parece priorizar mais o conteúdo da história e cultura africana e afro-brasileira, do que a história e cultura dos povos indígenas, observação esta que merece um maior aprofundamento em pesquisas futuras.

Por fim, o presente estudo se predispôs a trazer algumas contribuições iniciais para inventariarmos, em contextos empíricos diferenciados, pedagogias e técnicas corporais, socializadas e valorizadas em ambientes escolares, cujo foco seja a educação para as relações étnico-raciais. Para um aprofundamento na temática, novas imersões em campo devem ser realizadas a fim de que seja possível trazer visibilidade e ressignificação acerca de práticas educativas outras.

Referências

ALMEIDA, A. J. M.; ALMEIDA, D. M. F.; GRANDO, B. S. As práticas corporais e a educação do corpo indígena: a contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 32, n. 2-4, p. 59-74, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei Federal 10639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei Federal 11645 de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena*. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). Brasília, DF, Parecer nº 13, 2012a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10806-pceb013-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10806-pceb013-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 5 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). Brasília, DF, Parecer nº 16, 2012b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 5 fev. 2018.

CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, p.240-255, 2011.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005a, p. 39-62.

GOMES, N. L. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2005b, p. 143-154.

MAROUN, K. *Jongo e educação: a construção de uma identidade quilombola a partir de saberes étnico-culturais do corpo*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.

MAROUN, K.; SANTOS, M. A. C. dos. Educação do corpo e relações étnico-raciais na escola. In: *Anais do IX Seminário Internacional Redes Educativas e Tecnologias*, Rio de Janeiro, 2017, p. 1-10.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 399 - 422.

MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2005.

OLIVEIRA, M. A. T. A título de apresentação - Educação do corpo na escola brasileira: teoria e história. In: OLIVEIRA, M. A. T. (Org.). *Educação do Corpo na Escola Brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006.

PINTO, F. M.; MACAMO, A. J.; AZEVEDO, N. Ensinando práticas corporais de origem afrobrasileira e africana na educação física escolar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 36, n. 2, Supl., p. S370-S384, 2014.

RODRIGUES, A. C. L. A educação física escolar e LDB: assumindo a responsabilidade na aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08. *Revista Reflexão e Ação*, v.18, n.1, p.125-150, 2010.

ROSA, J. A. A. *Encontrei minhas origens: um olhar do ator sobre a construção da identidade negra a partir do grupo de teatro caixa preta*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Teatro). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SILVA, M. L. J. da. As artes e a diversidade étnico-cultural na escola básica. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2005, p. 125-143.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Notas:

¹ Tal subprojeto está vinculado a um projeto de pesquisa guarda-chuva, cujo título é “Educação do Corpo em Instituições Escolares”. Este último tem como foco compreender os agenciamentos e

processos de educação corporal presentes em escolas de diferentes contextos étnicos, sociais e culturais.

recebido em 28 fev. 2018 / aprovado em 31 jul. 2018

Para referenciar este texto:

MAROUN, K. Educação do corpo e relações étnico-raciais sob o olhar de professores. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 17, n.2, p. 15-33, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/cpg.v17n2.8409>>.